

# economia

## Militares entram no foco para o corte de gastos

Governo federal pretende endurecer regras de reserva de militares para atrair apoio ao pacote de ajuste fiscal

### / CONJUNTURA

O governo pretende incluir em seu plano de ajuste fiscal a criação da idade mínima de 55 anos para militares passarem para a reserva, além de mais medidas voltadas às Forças Armadas, como forma de reduzir a resistência a cortes em outras áreas. O pacote é aguardado há semanas pelo mercado, mas enfrenta resistências das bases de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Entre os envolvidos nas discussões é dito que a medida tem um efeito simbólico para reunir apoio ao ajuste - já que salários do Judiciário, por exemplo, são muito maiores. A visão é que, se há contribuição até dos militares (grupo que por vezes é visto como antagonista na relação com o atual governo), outros setores também podem colaborar.

Por enquanto, a sinalização é que o espírito do pacote será mexer em regras de crescimento de gastos obrigatórios - que incluem, por exemplo, pisos de saúde e educação e o crescimento real do salário mínimo (e dos gastos ligados a ele). Planos de mudanças nessas áreas, que crescem atualmente de forma

mais acelerada que o teto do arcabouço fiscal, têm sofrido resistência de quadros do PT.

Na carreira militar, as medidas já estão alinhadas entre os ministérios da Fazenda e da Defesa. No último domingo, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou em entrevista que o pacote a ser anunciado demandava justamente um entendimento com a pasta. Membros do governo, no entanto, afirmaram ontem que ainda estava em andamento a construção dos entendimentos e dos textos do plano.

Não há idade mínima hoje para o integrante das Forças Armadas passar à reserva (militares não se aposentam como os civis pois, em tese, podem ser convocados em situações excepcionais como guerras). É necessário, no entanto, cumprir 35 anos de serviço militar.

Atualmente, quase um quinto dos militares inativos está há mais tempo fora das Forças Armadas do que passou contribuindo para o sistema previdenciário da categoria. O Exército é o braço que apresenta a maior quantidade de pessoas com mais tempo na inatividade do que na ativa, tanto em números absolutos

quanto em dados relativos.

São 55,7 mil reservistas ou reformados do Exército com mais tempo de contribuição contra 21,7 mil inativos com mais tempo em recebimento de benefício. Em relação ao número total da reserva e reforma, os que contribuíram por menos tempo representam 28%. Na Marinha, esse percentual é de 9,6% (quase 5.000 na situação) e na Aeronáutica, 7,6% (3.100 inativos).

Outros três itens devem compor a parte do pacote voltada a militares. Um deles é o fim dos chamados "mortos fictícios", como são chamados os expulsos das Forças Armadas.

O Exército gasta mais de R\$ 20 milhões por ano com o pagamento de pensões para familiares de 238 mortos fictícios. A lista é composta por 38 oficiais e 200 praças que perderam o posto e a patente por terem cometido crimes ou infrações graves cujas penas somam mais de dois anos de reclusão. Os benefícios são pagos a 310 familiares.

Outra medida voltada aos militares é limitar a transferência de pensão já concedida. Após o benefício começar a ser usufruído por parentes de primeira



FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

Déficit per capita por beneficiário das Forças Armadas é de R\$ 159 mil

ordem (por companheiros e filhos, por exemplo), não seria autorizada a mudança da pessoa beneficiária para alguém da segunda ordem. A quarta iniciativa é o estabelecimento de 3,5% da remuneração do militar para um fundo para a Saúde.

A depender do desenho final, as medidas podem ajudar a reduzir a pressão sobre o orçamento das Forças Armadas - que destinam 85% de suas verbas ao pagamento de pessoal e só 5% a investimentos. Os gastos com militares inativos (R\$ 31,2 bilhões) e pensionistas (R\$ 25,7 bilhões) em

2023 ficaram próximos do montante pago com os militares da ativa (R\$ 32,4 bilhões).

O perfil de gastos para militares e familiares distancia o Brasil de sua meta de modernização orçamentária, que usa como modelo a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Dados do TCU (Tribunal de Contas da União) mostram que, enquanto o déficit per capita (por beneficiário) do setor privado, no INSS, é de R\$ 9,4 mil e o dos servidores civis chega a R\$ 69 mil, nas contas dos militares o valor é muito superior. Alcança R\$ 159 mil.

## Câmara aprova regulamentação do mercado de carbono

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto que regula o mercado de carbono no Brasil, com a instituição do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). O texto havia voltado para nova votação dos deputados após análise do Senado Federal e agora vai à sanção presidencial.

A Câmara rejeitou uma das mudanças feitas pelo Senado, ao retomar a obrigatoriedade de que as seguradoras, sociedades de capitalização e resseguradores locais invistam em ativos ambientais no mínimo 1% por ano dos recursos de suas reservas técnicas e de provisões. Os senadores haviam retirado essa obrigatoriedade a apenas autorizado a aplicação de até 0,5% dessas verbas.

De acordo com o relator, o deputado Aliel Machado (PV-PR), a decisão foi tomada nesta terça-feira, 19, no colégio de líderes.

"Essa mudança é para que, num projeto paralelo, seja feita

a alteração apenas da porcentagem, para que não haja discussão jurídica de incompatibilidade, já que o texto retorna do Senado", afirmou. "Aprovaremos dessa maneira, e num projeto já acordado, se restabelecerá a alíquota definida pelo Senado, de 0,5%."

Com o SBCE, as empresas vão poder compensar a emissão de gases poluentes comprando créditos de carbono, ligados a iniciativas ambientais. Um ato do Executivo poderá estabelecer regras de funcionamento dos órgãos que compõem a governança do SBCE, que será composto pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, por seu órgão gestor e pelo Comitê Técnico Consultivo Permanente.

Na regulamentação, deverá ser definido um teto para a emissão de gás carbônico em determinadas atividades produtivas. Para que uma empresa ultrapasse esse montante máximo, precisará comprar cotas de outra que não tenha usado todo o seu

limite, no chamado comércio de permissões de emissões. Dessa forma, nunca haverá aumento efetivo da emissão de carbono. Essas cotas poderão ser negociadas pelas companhias brasileiras também no exterior.

Quando uma empresa tiver limite disponível para a liberação de gases poluentes, poderá transformar esse direito em um crédito de carbono, ativo que será negociado e poderá ser comprado por outra companhia que já atingiu o teto e precise de mais cotas. Essas operações serão tributadas, o que resultará em arrecadação de impostos.

O sistema divide esse mercado entre dois setores, o regulado e o voluntário - o agronegócio está no segundo. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) comemorou a votação. "Contemplar os produtores como responsáveis por essas vendas é trazer justiça e garantia do direito de propriedade", disse o presidente da bancada do agro, Pedro Lupion (PP-PR).

## Fazenda pede bloqueio de mais 1,8 mil bets; sites barrados chegam a 5,2 mil

Em menos de 40 dias, o Ministério da Fazenda determinou a derrubada de 5.200 sites de apostas. A Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) da pasta enviou para a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) a terceira lista de domínios para o bloqueio do acesso, com 1.800 novos portais que serão barrados no país.

A primeira lista foi enviada em 11 de outubro, com 2.040 sites. A segunda, no dia 31 de outubro, continha mais de 1.400.

As ordens de bloqueio são enviadas para as cerca de 20 mil empresas de telecomunicações que fornecem sinal de internet no Brasil. Cada empresa deve tomar as medidas técnicas, e a Anatel monitorar o cumprimento da determinação, para garantir que o bloqueio seja feito de forma efetiva. No início do mês, a Fazenda divulgou uma lista, posteriormente atualizada, de bets que poderiam continuar em funcionamento no país. Trata-se

de uma autorização temporária, até dezembro deste ano, durante os trâmites de análise para a outorga.

A lista de bets autorizadas é composta por empresas que pediram autorização do governo federal até 17 de setembro para operar sites de apostas no Brasil e cumpriram requisitos burocráticos para o cadastro. A Fazenda pretende concluir até dezembro o processo de análise definitiva dos primeiros pedidos recebidos, para verificar quais empresas de apostas cumprem todas as determinações legais das mais de dez portarias da SPA que regulamentam a atividade.

A partir de 1º de janeiro de 2025, apenas empresas com autorização da secretaria vão poder oferecer apostas nacionalmente.

As empresas autorizadas a funcionar até dezembro também vão ser monitoradas, uma vez que elas estão em um período probatório.